

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Ministro Augusto César Leite de Carvalho e Cristiane Rosa Pitombo..... 9

APRESENTAÇÃO

Ministra Kátia Magalhães Arruda e Vanessa Dumont Barroso..... 11

INTRODUÇÃO

Felipe Santa Cruz e José Roberto de Castro Neves 15

CAPÍTULO 1

DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1.1 COVID-19, competência legislativa/administrativa e interpretação: uma abordagem no âmbito do controle de constitucionalidade

Ricardo Gueiros Bernardes Dias, Clécio Lemos e Renata Fávero Singui 19

1.2 Pandemia do coronavírus no poder judiciário: breves considerações acerca do controle de constitucionalidade

Alexandre Zamprogno..... 26

1.3 Situações excepcionais e critérios excepcionais: o controle de constitucionalidade a partir do julgamento da medida cautelar na ADI n. 6.363

Hugo Zanon Soares..... 33

1.4 Trabalho como categoria central, COVID-19 e controle de constitucionalidade

Bruno Gomes Borges da Fonseca 41

CAPÍTULO 2

DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

- 2.1 As Medidas Provisórias ns. 927 e 936 e a temporária mitigação da autonomia privada coletiva: uma breve análise do fenômeno à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**
Edna Lemos Schilte 49
- 2.2 COVID-19 e a morte da negociação coletiva: retrocesso à Era *Lochner* da suprema corte norte-americana**
Ricardo José Macedo de Britto Pereira..... 57
- 2.3 Diálogo social no mundo do trabalho na crise do coronavírus**
Raimundo Simão de Melo..... 63
- 2.4 Medidas para preservação do emprego em tempos de COVID-19: notas sobre o isolamento da negociação coletiva e o distanciamento da ordem constitucional brasileira**
Sayonara Grillo..... 70
- 2.5 MP n. 936/2020 e as negociações coletivas de trabalho: aplicação do artigo 617 da CLT**
Ana Luíza Borges de Castro Magnago 80
- 2.6 Negociação coletiva em tempos de coronavírus: MP n. 936 e ADI n. 6.363**
Bento Herculano Duarte Neto..... 88
- 2.7 Negociações coletivas em tempo de coronavírus (COVID-19): faculdade ou imposição?**
Isabela de Araujo Saar..... 101

CAPÍTULO 3

DO ACORDO INDIVIDUAL

- 3.1 A consensualidade no direito do trabalho e os acordos individuais nos tempos de pandemia do novo coronavírus (COVID-19)**
Trícia Navarro Xavier Cabral e Hiasmine Santiago 111

| | |
|---|-----|
| 3.2 A prevalência do acordo individual: o princípio da proteção do trabalhador em perigo <i>Rodolfo Gomes Amadeo</i> | 119 |
| 3.3 Aspectos negativos do artigo 2º da Medida Provisória n. 927/2020 e a supressão das entidades sindicais nos diálogos sociais da crise do COVID-19 <i>Fernanda Monique Rodrigues dos Santos Regiani</i> | 127 |
| 3.4 Empregado ou colaborador? Os acordos individuais e as relações trabalhistas pós COVID-19 <i>Rodrigo Mazzei, João Pereira Gomes Netto e Lizania Pinto de Alvarenga</i> | 135 |

CAPÍTULO 4 DO TELETRABALHO

| | |
|---|-----|
| 4.1 A gestão do teletrabalho em tempos de pandemia e isolamento social: um olhar sob a Medida Provisória n. 927/2020 <i>Sara Vieira Brandão</i> | 147 |
| 4.2 A responsabilização econômica de empregadores e empregados no teletrabalho face às disposições da MP n. 927 <i>Platon Teixeira de Azevedo Neto e Rafael Lara Martins</i> | 155 |
| 4.3 A telemedicina via <i>home office</i> como modalidade necessária de teletrabalho para os serviços de saúde durante a quarentena do coronavírus <i>Valesca Raizer Borges Moschen, Tárek Moysés Moussallem e Helena Emerick Abaurre</i> | 167 |
| 4.4 O teletrabalho durante o período do COVID-19: modernidade e custo-benefício <i>Manuela De Angeli Santana</i> | 175 |
| 4.5 O teletrabalho em tempos de crise: breves linhas sob a ótica da Medida Provisória n. 927/2020 <i>Pedro Capanema Lundgren</i> | 183 |
| 4.6 Teletrabalho e COVID-19 <i>Gilberto Stiirmer e Denise Fincato</i> | 191 |
| 4.7 Teletrabalho em tempos de pandemia: abordagem jurídico-pragmática da (des)ordem social na quarentena <i>Rosiene Barros da Rocha e Mayara de Oliveira Nogueira</i> | 200 |

CAPÍTULO 5 DAS FÉRIAS

- 5.1 A concessão de férias no período de pandemia da COVID-19**
Priscila Klauss de Borba e Ricardo Calcini..... 211
- 5.2 Da pertinência e da (in)constitucionalidade do adiantamento das férias previsto na MP n. 927**
Rafael Milborato da Silva 217
- 5.3 Da possibilidade de negociação de períodos futuros de férias: inconstitucionalidade ou convergência de interesses?**
Gabriela Lima de Vargas 224
- 5.4 Férias coletivas e a aplicabilidade no período de pandemia (COVID-19): abordagem da regra geral comparado com a medida provisória n. 927/2020**
Késia Mariano Rosa..... 232
- 5.5 COVID-19 e medidas para preservação do emprego e renda: antecipação das férias individuais e concessão de férias coletivas**
Rosana de Jesus Guilherme 237

CAPÍTULO 6 DO BANCO DE HORAS

- 6.1 A excepcional implementação do banco de horas em meio à crise do coronavírus**
Graziela Belmok Charbel e Marina Silva Prandi..... 247
- 6.2 Banco de horas emergencial**
Fabiano Coelho de Souza 254
- 6.3 Possibilidades de aproveitamento e criação de banco de horas com base na MP n. 927/2020**
Bruna de Paula 261

POSFÁCIO

- Ministro Douglas Alencar Rodrigues* 267

EPÍLOGO

- Alberto Nemer Neto, Cláudio Jannotti da Rocha e José Carlos Rizk Filho*..... 273